

## **TESSITURAS DA MORTE E RITUAIS DE PASSAGEM EM SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE NO FINAL DO SÉCULO XIX**

*Maiza Ribeiro de Sousa<sup>1</sup>  
Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Ceballos<sup>2</sup>*

### **Introdução**

Os registros de óbitos nos permitem analisar uma história a partir das visões de mundo. A fonte deve ser entendida como um produto de uma época, carregada de sentidos, significados e sensibilidades que envolvem o óbito. Morrer no século XIX em São João do Rio do Peixe, é provar ser um bom cristão, morrendo na esperança de uma vida do lado de Deus, em busca da salvação, no qual se estabelece um modelo de “bem morrer”, uma vez que esse sentimento é percebido através da “morte domada”, como bem discute Ariès (2003).

Os registros de óbitos começaram a ser registrados na Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, em São João do Rio do Peixe, a partir do ano de 1864. Pode-se dizer que antes disso, São João era subordinado a freguesia de Sousa e através da Lei nº 96<sup>3</sup> de 28 de novembro de 1863, o templo religioso torna-se paróquia. Assim, terminado a ampliação do templo santo, a Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário a partir do ano do ano de 1864, começa a fazer os seus registros.

Para este trabalho, tomamos a morte como ponto de partida. Discutimos a morte de José Vicente Oliveira, Justina Maria da Conceição, Narcisa Preta (escrava), Vicência Leopoldina de Sousa, Maria José e do párvulo Manuel. O interesse por essas mortes é de refletir a mentalidade cristã em São João do Rio do Peixe, pois era um lugar embebido pela fé, no qual os discursos religiosos funcionavam como um alimento para o corpo e a alma.

É dado a perceber, que durante o século XIX, o pequeno povoado tinha como fonte de economia a agricultura, como os usos da terra para a plantação de milho, feijão, arroz e no século XX o algodão. São João do Rio do Peixe no século XIX, era

---

<sup>1</sup> Graduanda na Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cajazeiras- PB. E-mail: izamataraso@hotmail.com

<sup>2</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cajazeiras-PB. E-mail: rcovruski@gmail.com

<sup>3</sup> Sobre o processo de desmembramento, aonde a paróquia de São João torna-se independente e começa a fazer seus registros de casamentos, batizados e morte, torna-se importante ler o livro “São João na Colônia e no Império: Fazenda, Povoado e Vila, 1691- 1889”. Abreu (2015, p. 283)

constituído por um espaço tipicamente rural, onde as pessoas estavam imersas em costumes camponeses, visões próprias de um mundo que era permeado por crendices e superstições. Um lugar em que as práticas diante a morte se repetem, mudando apenas alguns aspectos, como os enterramentos do interior da igreja para o cemitério, no qual os mortos passam a ter um novo papel na sociedade, apartando-se do modelo de morte suja e passando para uma morte civilizada.

Para melhor compreensão sobre a morte, temos os trabalhos de João José Reis (1991), Philippe Ariès (2003/1889), Michel Vovelle (2004) e José Carlos Rodrigues (2006). Esses autores possibilitaram travar uma discussão sobre o modelo de morte estabelecido no Brasil oitocentista, como também entender os sentidos e significados que se constroem em torno da morte.

### **São João do Rio do Peixe na segunda metade do século XIX (1864/1873)**

A Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário guarda em seu acervo o Livro de Tombo do ano de 1885. O livro encontra-se bem conservado e nos apresenta as demarcações daquele espaço durante o século XIX. Os seus limites estão bem próximos das províncias do Ceará e Rio Grande do Norte, assim como da região de Sousa e Cajazeiras.

O vocabulário do livro também mostra um elemento importante dentro do território dos sertões, que são as estradas, na qual permitem o trânsito desses sujeitos. As estradas são vias de acesso aos espaços, caminhos que possibilitam também a formação de alianças com as freguesias próximas e seus respectivos donos.

O dono das terras, é o que conhecemos pelos fazendeiros (elite local<sup>4</sup>). Essa elite tinha um poder de mando local, era homens de poder, que contribuía relativamente com a economia local, a partir da criação de animais, como gado<sup>5</sup> e o algodão. Também das inúmeras riquezas, assim, como terras, casa de tijolos, ouro, prata e vários escravos a sua disposição.

Era um sociedade em movimento, com costumes ruralizados. Ao lado dessa elite, detentora do poder local, percebemos as alianças estabelecidas com a igreja católica. Foram os homes de posses que doaram o terreno para construção do templo

---

<sup>4</sup> Essa elite usava seu poder por meio dos apadrinhamentos políticos, estabelecendo suas as redes de compadrio dentro desses espaços. Como também, recebia os títulos de almotacés e as patentes de capitão, coronel e de alferes.

<sup>5</sup> Elemento importante para a economia local.

santo e conseqüentemente para a sua ampliação. Domingos João Dantas<sup>6</sup>, era um dos senhores ricos de São João do Rio do Peixe, foi patrono da Igreja do Rosário e maior bem feitor. Domingos, por ser tão generoso com o santuário divino, logo tem privilégios, pois o mesmo é sepultado no arco primeiro da capela do Rosário, tendo sido enterrado em hábito franciscano no ano de 1853 Abreu (2015, p. 271).

Sepultar-se nesses locais era privilégio de poucos, reservado apenas as pessoas de posse. No momento da morte também é dado a perceber as distinções sociais. No inteiro da igreja os espaços eram classificados entre ricos, pobres e escravos. O morto era envolto em seu hábito, colocado em uma rede e posto na grade de carregar defunto e depois era sepultado da grade para cima, ou das grades para baixo em São João do Rio do Peixe.

As pessoas ricas eram sepultadas das grades para cima, local que fica próximo do altar-mor e os pobres e escravos eram sepultados das grades para baixo<sup>7</sup>. Foi costume no Brasil oitocentista cultivar essas hierarquias na hora da morte e muitas vezes as pessoas de mais posses, viam o momento da morte como uma forma de redimir-se dos pecados, podendo escolher ser sepultado entre os pobres, na nave. Os mesmos também podiam optar por um gestual simples na hora da morte<sup>8</sup>.

Domingos foi sepultado no interior da igreja em um lugar de destaque, onde ficava próximo do altar-mor. Talvez ele também tenha sido sepultado nesse lugar, já que o padre que administrava a igreja era seu filho, o padre José Gonçalves Dantas. O capelão José Gonçalves era um homem de posses, o mesmo também fez suas doações para ampliação do templo.

Logo, os padres eram responsáveis por conduzir o rebanho a partir dos preceitos da palavra sagrada. Durante o século XIX, em São João do Rio do Peixe, foi percebido mediante análise das fontes, a participação de seis padres. Esses clérigos foram responsáveis por registrar os óbitos, estabelecendo assim um controle dos fiéis, como o padre Amélio Marques da Silva Guimarães, Joaquim Théophilo<sup>9</sup> da Guerra, Joaquim Cyrillo de Sá, Francisco Torres Brasil, Antônio Tomaz de Aquino, este foi substituído

---

<sup>6</sup> Domingos João Dantas Rothéia, recebeu o título de alferes, como também de capitão. Abreu (2015)

<sup>7</sup> Os enterramentos no interior da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, ocorreram até a primeira metade do século XIX. Esses assentamentos de óbitos encontram-se na Igreja Matriz Nossa Senhora dos Remédios em Sousa-PB. Abreu (2015, p. 281)

<sup>8</sup> Sobre as transformações urbanas que ocasionaram as mudanças de enterramentos da igreja para os cemitérios, torna-se importante ler a obra de Renato Cymbalista; Cidade dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo (2002)

<sup>9</sup> O padre Joaquim Théophilo da Guerra, era parente do padre José Dantas. O mesmo envolve-se em relações amorosas, tendo dessa união três filhos. Abreu (2015, p. 286)

por Manuel Vieira da Costa e Sá e o Capelão José Gonçalves Dantas<sup>10</sup>. Eles registraram e organizaram os registros de óbitos em três livros. O primeiro livro é do ano de 1864 a 1873 (L.01), o segundo é de 1874 a 1883 (L. 02) e o terceiro é do ano de 1883 a 1907 (L03).

Sobre a produção dos livros de óbitos, Filho e Libby (2016, p.11), discutem que “Até a instalação da República no Brasil, os párocos recebiam do Estado um pagamento conhecido como cômputo e a manutenção dos registros paroquiais figuravam entre as principais responsabilidades desses eclesiásticos no regime do padroado régio”. A igreja católica era a responsável por manter atualizada esse controle dos cristãos, pois eram esses homens letrados que encaminhavam o relatório para o bispado, que regulamentava as instâncias religiosas.

Desse modo, quando começou a ser feito os primeiros registros de óbitos em São João do Rio do Peixe, o capelão responsável pela administração da igreja, José Gonçalves Dantas, passou a realizar as missas e a aferir os sacramentos aos fiéis que precisassem. Segundo Abreu (2015, p. 271) o padre cobrava emolumentos e sempre fazia a prestação de contas quando era ordenado, seja pelo juiz municipal, como pelo vigário da igreja de Sousa. Esses emolumentos significam que havia uma cobrança por parte da igreja aos fiéis e principalmente no que diz respeito à assistência religiosa.

Sobre esses aspectos ao que concerne a questão religiosa, é percebido que a igreja, através de seus discursos, vai aos poucos espalhando o conceito de ser um bom católico. Segundo Santos (2011, p.4), o bom católico “era aquele que se submetia aos poderes eclesiais, que a afastava o ‘fetichismo bárbaro’ e cumpria os sacramentos, prestando verdadeiro culto a Deus”. O verdadeiro católico deveria professar a sua fé, pois o socorro vem de Deus e é na hora da morte que o homem busca esse socorro, uma vez que de acordo com a ideia do “bem morrer”, o católico fica preso aos discursos eclesiásticos, obedecendo e praticando o que a igreja permitia fazer em vias de salvação da alma na hora da morte.

Assim, dentro dessa sociedade tipicamente camponesa e cristã, as epidemias redesenhavam o cenário local, fazendo com que a morte surgisse com mais intensidade. Tratando-se desse contexto, percebemos que as discussões de Agra do Ó (2003, p.11-12) são bem pertinentes, pois o mesmo traça um perfil da Paraíba no século XIX e como as doenças causaram uma alteração no modo de vida das pessoas, e também no modo de

---

<sup>10</sup> O padre José Gonçalves Dantas também teve seus amores e dessa relação teve um filho. O clérigo também foi vereador e presidente da câmara municipal de Sousa. Abreu (2015, p.276-290)

morrer, pois “O Brasil ao longo do século XIX sempre foi vítima de epidemias, estas que deixaram povoados, vilas e cidades em pânico, uma dessas ferozes desgraças foi o Cólera Morbos, que por onde passava deixava seu rastro”.

A partir da discussão do autor e leituras do óbito, percebemos que várias eram as moléstias que acarretavam esses sujeitos na Paraíba oitocentista. Assim, ao analisarmos os registros de óbitos, foi visto com mais frequência as doenças como: o mal interior, maligna, tísica, bexigas, diarreia que ataca mais no inverno, cancro, garrotilho que matava mais crianças, febres, doença do mundo, parto, mal desconhecido. Sobre essas moléstias, uma das mais graves era a bexiga.

Vale ressaltar que o bexiguento<sup>11</sup> deveria ficar isolado em quarentena, pois a doença era transmissível. Muitas vezes por não ter um assistência médica e se tratando do contexto oitocentista, a cura para a bexiga, vinha dos remédio do mato. Logo, o doente era levado para um lugar no meio do mato e posto em cima de folhas de bananeiras, que ajudavam na melhora do moribundo.

A doença é o primeiro sinal de morte próxima e em volta da morte podemos perceber todo o gestual fúnebre, onde comporta as intencionalidades em vias de salvação. E para isso cabe aos homens buscar esta salvação, pois ele deve munir-se de orações, ser vigilante e seguir os preceitos da igreja, sendo um bom católico. Desse modo, inseridos em um contexto social demarcado pelos discursos da igreja e de um catolicismo provindo de uma ambiente rural, aos poucos os homens vão aprendendo a rezar, cuidar do morto, a perceber que alguns rituais facilitam o contato com Deus. Assim, o gestual que envolve a morte e todas as organizações em torno da morte, seguem um único pensar- a salvação da alma.

### **Tessituras da morte: o gestual fúnebre no século XIX**

Sobre os óbitos, as Constituições abordam várias questões religiosas, expondo um modelo de como se deveria registrar os óbitos, modelo este que foi presente em São João do Rio do Peixe no século XIX. Segundo as Constituições Primeiras, o livro de assento do falecido deve seguir o vocabulário seguinte:

Aos tantos (2) dias de tal mez, e de tal anno falleceo da vida presente  
N. Sacerdote Diacono, ou Subdiacono; ou N. marido, ou mulher de

---

<sup>11</sup> Aquele que está doente de bexiga.

N., viúvo ou viúva de N., ou filho, ou filha de N. de lugar de N, freguez desta ou de tal Igreja, ou forasteiro, de idade de tantos anos, (se comodamente se puder saber) com todos, ou tal Igreja: fez testamento, em que deixou se dissessem tanta missas por sua alma e que se fizessem tantos Officios; ou morreo ab intestado, ou era notoriamente pobre, e por tanto se lhe fez o enterro sem lhe levar esmolas (CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS, TÍTULO XLIX, p. 202)

O óbito é um pequeno registro que vale muito, pois para um estudo da história da morte o mesmo torna-se fonte primordial. Os óbitos da Igreja Matriz de São João do Rio do Peixe apresentam os dados vitais da pessoa, qual o tipo de assistência (sacramentos, ofícios), cor da mortalha, estado civil, nome do cônjuge e nome dos pais caso não seja casado, onde foi sepultado e se foi em uma catacumba, qual catacumba e se era de alguma irmandade. O óbito mostra se era párvulo, adulto, escravo ou retirante.

Apresenta-nos também o motivo do óbito (doenças, assassinato, queimado e se morreu subitamente). Algumas vezes indica a condição socioeconômica do defunto e sua profissão. Também indica se houve missas, onde faleceu e se faleceu no domicílio<sup>12</sup>. Portanto, em um pequeno registro pode-se perceber todo um sentido e cuidado com o morto na hora que a morte se aproxima.

O registro de óbito revela sensibilidades frente o trato com os mortos. Pensando nessa ideia de sensibilidades, Pesavento (2007) discute que as sensibilidades, são sutis, difíceis de capturar. Os registros de óbitos são documentos que muitas vezes passa despercebido a luz de nossos estudos. Esse curto registro carrega traços do cuidado com os mortos, de uma sociedade que tinha uma estreitamento maior com o fim, de uma mentalidade cristã, envolvida pelas crenças e medos frente o último adeus. O registro não reflete apenas uma história demográfica, mas nos contam histórias e traz sentidos e significados no trato com os mortos e diante da morte.

A fonte obituária nos faz conhecer um pouco do gestual, os significados que os mesmos carregam dentro de uma determinada sociedade. Reflete o modelo e padrões estabelecidos de mortes, como de uma boa morte<sup>13</sup>. É percebido que através dessa organização, tem-se as crenças no céu, inferno e purgatório. Para o pensamento cristão,

---

<sup>12</sup> Os registros de óbitos não apresentam de forma clara o que foi o domicílio. Sua presença é percebida a partir do ano de 1884. Acreditamos que o mesmo tenha sido uma espécie de lazareto que cuidava dos moribundos. A presença desse espaço, dar a perceber que doente deixava seu quarto para morrer neste outro lugar. Assim, a morte deixa de ser “domada”, ganhando um caráter de interdito como já apontou Ariès (2003).

<sup>13</sup> Segundo Reis (1991, p. 92), a boa morte significa que o fim não chegaria de surpresa para o indivíduo, sem que ele prestasse contas aos que ficavam e também os instruisse sobre como dispor de seu cadáver, de sua alma e de seus bens terrenos.

esses cuidados tem a serventia de facilitar a passagem, principalmente se for acompanhado de algum tipo de aparato religioso

A partir das análises das fontes, percebemos que do ano de 1864 a 1873, em São João do Rio do Peixe, era estabelecido um modelo de morte já discutido por Ariès (2003) e Chiavenato (1998). Os autores apresentam um modelo de morte que ele chama de morte domada. Essa é a morte que acontece no conforto do lar, no quarto do moribundo, onde morre-se arrodado dos parentes e amigos, como também tem a presença do padre.

Nesse contexto, Ariès (1982, p. 329-334), discute que aos poucos vão acontecendo mudanças em torno da morte, pois o quarto vai perder sua importância, restando apenas a piedade dos familiares para com o jacente. As pessoas tomam conhecimento que a vida terrestre é uma preparação para a vida espiritual e assim é preciso ficar sempre em estado de preparação para uma boa morte. Sendo assim, esse homem não vai somente ficar no seu quarto esperando a morte chegar, ele agora vai ficar vigilante, preparar-se mais para a vida ao lado de Deus.

Nesse sentido, ao torna-se mais vigilante, entra com maior força os discursos eclesiais, em que a igreja reforça como ser o bom cristão, no qual o homem a todo instante deve munir-se de orações para garantir seu lugar no céu. Partindo desse ponto, percebemos que Vouelle (2004) acredita que há toda uma rede de gestos e ritos que acompanham todo o percurso da morte, seja da agonia até a sua última morada.

Em relação a essas organizações em torno da morte, Rodrigues (2006, p. 102) discute que , era uma morte vivida coletivamente e concebida como questão comunitária. O homem tem mais consciência da morte e por isso deve-se morrer entre os próximos, em um ambiente regado pelo amor e carinho de familiares e amigos, como também com a presença dos padres. A morte medieval era um morte coletiva, pública. Essa morte comunitária, também apresenta suas similitudes com a morte em São João do Rio do Peixe.

A morte em São João também acontecia no “conforto” do lar, onde ao primeiro sinal de doença buscava-se o auxílio na igreja, ou “remédios do mato” com as rezadeiras. Familiares e amigos se reúnem junto do doente e como era costume, começava as vigílias fúnebres, pois não podia morrer sozinho. A morte era pública, vista como uma passagem, um renascimento desta para a outra vida, junto de Deus. Segundo Rodrigues (2006, p. 102), de acordo com o pensamento cristão acredita-se na vinda de Cristo e que enquanto aguardam o momento da ressurreição os mortos dormem.

Sendo assim, acreditando na salvação da alma e na boa passagem para junto do criador, aos 20 de janeiro de 1864, é lavrado o primeiro óbito na Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário. O vigário Joaquim Theóphilo da Guerra registra o falecimento de José Vicente de Oliveira, que morreu de vida presente, tendo recebido sacramento da penitência. José era branco, que foi casado com Gertrudes Maria da Conceição. Eles eram moradores no Araças, desta povoação. José tinha 35 anos de idade e era carpina. Sepultou-se no cemitério desta povoação e foi encomendado pelo vigário Joaquim Theóphilo da Guerra.<sup>14</sup>

Já, aos 20 de abril do ano de 1864, morre de parto Justina Maria da Conceição<sup>15</sup>. Justina era da freguesia de Sousa. Era casada com Felix Rodrigues Seixas. A mesma partiu usando hábito branco, foi encomendada e recebeu os sacramentos da penitência e extrema-unção administrados pelo vigário Joaquim Theóphilo da Guerra.

Aos 10 de maio de 1864, faleceu do cólera morbos a adulta Narcisa preta, casada com Francisco.<sup>16</sup> Narcisa era escrava de Antônio Dantas Rothéia. A escrava tinha 60 anos, recebeu os sacramentos da penitência, foi encomendada, sepultada no cemitério desta povoação de São João, e partiu desta para a outra vida amortalhada em branco.

No dia 4 de maio do ano de 1864, foi a vez de Vicência Leopoldina de Sousa partir.<sup>17</sup> A mesma era de cor branca, tinha 40 anos e era casada com Antônio Raymundo de Souza. Recebeu os sacramentos da confissão, estes foram administrados pelo padre José Gonçalves Dantas, a mesma também foi encomendada, sepultada no mesmo cemitério que Narcisa, a partiu usando a mesma cor de mortalha.

Eis que também é chegada a hora da adulta Maria, que era filha legítima de Silvério de Brito, e moravam nesta povoação.<sup>18</sup> Maria, aos 18 anos, morre de maligna, usa na hora de sua morte um hábito de cor preta, é encomendada pelo vigário Amélio Marques e segue para seu enterramento. Maria foi enterrada na primeira catacumba da irmandade<sup>19</sup>, que ficava na parede ao norte.

De forma trágica morreu José Gonsalves, que tinha 30 anos.<sup>20</sup> José era casado com Alexandrina do Espírito Santo, moradores no sítio montanhas, desta mesma

---

<sup>14</sup> 1864, fls1f

<sup>15</sup> 1864, fls2f

<sup>16</sup> 1864, fls2v

<sup>17</sup> 1864, fls2v

<sup>18</sup> 1866, fls13f

<sup>19</sup> O registro de óbito não identifica qual foi a irmandade

<sup>20</sup> 1869, fls52v

povoação. Aos 06 de maio do ano de 1869, José foi assassinado, partindo repentinamente desta para a outra vida em hábito de cor branca.

No mesmo ano de 1869, dia 25 de fevereiro, familiares e amigos se despedem do párvulo Manuel<sup>21</sup>. Manuel tinha apenas 10 dias e era filho legítimo de Henrique Abreu da Costa. Diante sua fragilidade, o mesmo é acarretado por uma febre, e não tendo melhoras morre devido à gravidade da doença. Manuel foi sepultado no cemitério do Arrojado, região também próximo a São João. No óbito ainda consta que ele foi leprozado<sup>22</sup> por um secular.

Durante o século XIX, em São João do Rio do Peixe, todos os cuidados eram de grande revelia para que segundo o pensamento cristão a passagem acontecesse da melhor maneira possível. O cuidar envolve sentimento, significados, seja para a família do morto como para o defunto. Tomar cuidado para com o morto envolve sensibilidades, que estão perpassadas por uma mentalidade cristã, no qual busca um caminho rumo a eternidade, ou seja, ao paraíso celeste. Por isso nenhum detalhe poderia passar despercebido, principalmente para José, que morreu tragicamente, sem antes receber nenhum sacramento ou ofício, como também não teve como despedir-se da família.

Uma morte trágica não é algo bom para a alma, e por isso a organização dos familiares em torno do morto, principalmente com as orações tornavam mais intensas. Ora, José partiu dessa vida para a outra munido de um elemento que possibilita uma esperança de poder comunicar-se com Deus. José partiu usando a mortalha branca, assim como Narcisa Preta, Justina, José Vicente e Leopoldina.

Todos esses fiéis cristãos partiram em busca da salvação. A cor branca sinaliza paz. Aponta também, como já disse Reis(1991) e Vailete (2010), que está associado a Nossa Senhora; como também reflete a pureza e, por isso, muitas crianças sepultavam-se de branco. Em São João do Rio do Peixe, o branco era a cor mais procurada entre os fiéis. Do livro de óbitos que analisamos foi percebido que 553 pessoas recorreram aos benéficos que traz a cor branca na hora da morte.

Já Maria, que morreu aos 18 anos de idade, partiu usando a roupa de cor preta. Possivelmente Maria, fez uso dessa cor, porque no seu momento final a irmandade teve um papel relevante. Maria foi assistida pela irmandade e por isso o morto partia usando a cor da roupa que era empregado pela confraria. Então, como diz Reis (1991, p. 53):

---

<sup>21</sup> 1869, fls53f

<sup>22</sup>O registro de óbitos não identifica o que foi “leprozado”. Acreditamos que este termo trata-se da lepra.

“Havia irmandades de brancos, pretos e de pardos”. Cada irmandade tinha uma forma de organização, como também uma cor para a morte, seja preto, branco ou cores de santos. Dependendo do poder da irmandade, esses enterramentos, poderiam ser guiados por vários padres.

As irmandades tiveram um papel muito importante no Brasil oitocentista na hora da morte. As confrarias davam a assistência aos defuntos, dando-lhe um sepultamento cheio de aparatos religiosos, muitas vezes pomposos e o morto era sepultado em catacumbas. As irmandades também tinham suas covas dentro da igreja e isso era permitido através das dioceses.

Segundo, Cymbalista (2002, p.38), “conforme cresciam os adeptos das irmandades, e as mesmas iam tornando-se mais poderosas, também construía suas próprias igrejas”. Não sabemos quantas irmandades se fizeram presentes em São João do Rio do Peixe, prestando assistências aos defuntos. O registro de óbitos, apenas nos apresenta que o defunto foi sepultado na catacumba da irmandade, indicando apenas o lugar em que a mesma estava situada dentro dos cemitérios, que nos anos de 1874 já haviam nos cemitério de São João, três catacumbas.

Assim, sobre as tonalidades presentes na organização dos registros, vale salientar que as cores de Santos foram vistas até o momento através das fotografias, que encontram-se em arquivos particulares, como os álbuns de família. Percebemos que algumas pessoas foram amortalhadas de hábitos franciscanos. Nos óbitos encontramos as cores brancas, pretas, pardas e azul. Então, para o primeiro livro de óbitos, a busca pelo preto alcança o segundo lugar na hora da morte, pois de um total de 756 fiéis que partiram usando mortalhas, 140 pessoas foram amortalhadas de preto na hora da morte e para a cor parda apenas uma pessoa fez uso.

O preto em sua maioria está associado ao luto. Mas para a sociedade analisada nos estudo de Reis (1991, p. 127), o preto era usado nas pessoas de maior posse, pois branco era uma cor que cabia no bolso dos mais pobres. Mas isso não quer dizer que apenas os pobres faziam uso do branco, pois como bem já foi salientado, a mortalha branca é carregado de um simbolismo e significados para quem faz o seu uso.

Devemos perceber que a escolha da roupas fúnebres já demonstra que havia uma sensibilidade, como uma preocupação dos familiares em organizar o funeral. A família logo cuida da casa, de anunciar entre os vizinhos que na comunidade mais um dá o seu último adeus. Logo, prepara-se a comida para os que iam visitar o morto e passar a noite. Também tem o banho do defunto, cortar os cabelos, unhas e se for homem, tira-se

a barba. Quando o defunto estiver na beira da morte, logo chama-se o padre para absolvê-lo. Tudo isso faz parte dos ritos de incorporação e separação, no qual vertem-se a lógica do enterro Reis (1991, p.89).

Por isso que na hora que o morto estiver no seu leito, deve chamar logo o padre para encomenda-lo. No óbito do párvulo Manuel não consta nenhum ofício, pois no tratando-se de crianças, o batismo bastava para sua salvação. Habitualmente no século XIX e XX em São João do Rio do Peixe, era costume enterrar as crianças<sup>23</sup> no mato e, talvez por isso, a família de Manuel não tenha chamado o padre para encomenda-lo, ou alguém que tinha conhecimento de rezas, pode ter feito a assistência ao pequeno párvulo.

No caso de adultos é preciso que a assistência seja intensificada com os sacramentos. Assim como os da penitência, estes que foram administrados em José Oliveira e em Justina, que recebeu o sacramento da penitência e extrema-unção. Narcisca preta, escrava, também recebeu o sacramento da penitência. Já Leopoldina foi confessada pelo padre José Gonçalves Dantas e quase todos foram encomendados pelos vigários.

Contudo, apenas uma pessoa responsável poderia administrar o alimento sagrado. O padre direcionava-se até a casa do enfermo e no leito de seu quarto proferia os sacramentos. Leopoldina escolheu o padre de sua preferência, e quem tivesse mais posses também podia escolher o enterro e principalmente quantas missas em intenção de sua alma. Esses sujeitos perceberam que para a passagem é preciso estar purificado dos pecados e por isso a figura religiosa era importante. De acordo com a igreja era preciso administrar os sacramentos, como também os ofícios (encomendação e missas). Reis (1991) nos explica que apenas o padre poderia administrar a extrema-unção, pois o sacramento era um empurrão para a outra vida. Desse modo, percebemos que:

Os sacramentos perdoavam as culpas pendentes do enfermo, culpas esquecidas durante a confissão, mas também poderia resultar em sua recuperação física, “quando assim convém ao bem da alma”. O ato os objetos e atores eram também definidos. Só um pároco ou , em seu impedimento, um “sacerdote aprovado” poderia administrar a extrema-unção. (REIS,1991, p. 103)

---

<sup>23</sup> A partir dos registros de óbitos, percebemos que ser criança em São João do Rio do Peixe, no final do século XIX, era até os cinco, ou seis anos de idade. Logo, com sete anos o sujeito é percebido como adulto.

O padre deveria ir à casa do moribundo munido de todos os instrumentos necessários para o bem da alma. Segundo as Constituições, era preciso socorrer com a assistência espiritual o moribundo, o padre deveria ir vestido de sobrepeliz e estola rocha, levando nas mãos os Santos Óleos em sua ambula com toda a decência (CONSTITUIÇÕES PRIMEIRAS, Título XLVIII, p. 83).

Nesse sentido, a respeito da organização do livro de óbitos e do que consta em registro, percebemos que a assistência religiosa era um dos elementos que compõem os arranjos do gestual, um dos mais importantes, pois para os féis a todo momento viver era uma provação. Azzi (2008, p. 46) discute sobre essa mentalidade cristã e principalmente da religião doméstica, em que a figura do demônio era apresentado como inimigo do gênero humano. Por isso, era importante manter-se vigilante, rogar sempre aos santos de devoção, ir as missas, ser fiel a igreja e seguir os seus preceitos, pois o único caminho para a salvação estava no catolicismo.

Ainda sobre a assistência religiosa, percebemos que houve um maior número de pessoas em busca dos ofícios fúnebres (encomendação). Em suma maioria durante o século XIX, esses sujeitos recorreram aos ofícios, como a encomendação, uma vez que podia ser apenas encomendado ou encomendado solenemente. Então, muitas vezes diante a gravidade da doença não dava tempo o padre chegar até a casa do moribundo e encontra-lo com vida, e o mesmo acabava recebendo apenas a encomendação. A encomendação poderia ser em casa ou na igreja.

Para quem tinha mais pecados ou pelo medo do que poderia encontrar no caminho, percebemos uma procura pelos sacramentos, seja da confissão, extrema-unção e penitência. Vale ressaltar que todos estes sacramentos, eram acompanhados pela encomendação. Nesse sentido, é dado a perceber que uma parcela mínima desses sujeitos receberam os sacramentos e principalmente os escravos, que pouco foram privilegiados com o alimento que facilitaria a salvação da alma, segundo o pensamento cristão. Mediante análise das fontes, podemos identificar a essência da fé e a busca pela remissão dos pecados, pois dentro dessa religião doméstica, elementos para munir-se contra os demônios não faltavam, principalmente nas rezas.

Essa rede do gestual fúnebre possibilita- nos compreender essas tessituras em torno da morte. Todas essas formas de organizações estão circunscritas na mentalidade cristã, que foi perpassadas pelas orações e crenças na hora da morte. O defunto deve seguir a viagem preparado, e é por isso que a roupa e a assistência religiosa é conveniente para o bem morrer e o bom descanso.

Em relação aos cuidados na hora da morte, a discussão de Chiavenato (1998, p.61) em relação as crenças sobre a morte são bem interessantes, pois o mesmo diz que no trato com a morte o defunto não pode levar nada, inclusive ouro pois pode voltar. Na hora de cuidar dos mortos, nem todos tocam no cadáver, apenas a família e pessoas especializadas, como figuras religiosas podem cuidar do morto. O mesmo não pode levar nada desse mundo para o outro, pois caso leve, a passagem não é concluída e há um regresso desse morto, em que o mesmo torna-se alma penada. Também, o morto não pode partir e ficar com dívidas. As dívidas devem ser liquidadas, pois também corre o risco do mesmo voltar<sup>24</sup>.

Já, conforme as crenças apontadas nos estudos de Reis (1991) além de vestir o morto com as mortalhas, o finado deve ir calçado e não levar nenhuma terra nos pés desse mundo para o novo, pois caso o levasse, dificultaria a passagem. Por isso, nos velórios, até hoje essa crença perdura na região de São João do Rio do Peixe, principalmente nas zonas rurais, no qual é recomendado que o defunto deve partir usando sapatos novos.

No Nordeste brasileiro existe certas peculiaridades na hora da morte, uma vez que essas relações mudam conforme cada cultura e sua relação com a morte e os mortos. Assim, em seu livro “A morte uma abordagem sociocultural”, Chiavenato (1998, p. 61) faz um apontamento interessante sobre essa relação dos homens com a morte: “O defunto nordestino recebia a homenagem das “excelências” e dos “benditos”, cantorias que não podiam ser interrompidas quando começadas, por que Nossa Senhora se ajoelhava para ouvir”. Então, era a Nossa Senhora que na hora da morte recorria-se, eram as rezas e todas as formas de comunicar-se com Deus que se buscava-se, pois desde cedo os são-joanenses aprenderam a temer a Deus e a buscar a salvação, principalmente nas orações, e estas que eram intensificadas no templo sagrado e com a figura do padre.

### **À guisa de conclusão**

---

<sup>24</sup> O regresso do morto, acontece se o mesmo for enterrado com algo desse mundo, como ouro nos dentes, objetos dentro do caixão, ou se for com sapatos usados e nesses contenham resquícios de terra do mundo dos vivos. Também se o morto ficou devendo algo, seja financeiro ou promessa, ele pode voltar. Esse regresso pode ser feito em sonhos, como em aparições a alguém. Acredita-se que o morto não descansa até que retirem os objetos de seu cadáver, liquide as dívidas e pague as promessas.

O vocabulário dos óbitos elucida a grandeza do cotidiano, dos sentimentos, das percepções dos cristãos frente à morte. Essa população do século XIX é o camponês cristão e fervoroso, que vai à missa aos domingos, que faz suas preces todos os dias, que clama a Deus na hora da morte, que acende sua velinha em intenção aos mortos e a Nossa Senhora, como também coloca sua pedrinha nas cruzes na beira da estrada e que roga por uma boa partida.

Para essa sociedade camponesa, a morte passa a ser entendida como uma passagem, em que na maioria da vezes dava seu aviso quando estava próxima. A doença é o sinal de que a morte se aproxima e por isso deve preparar-se, caso contrário se a morte for repentina assim como a do finado Antônio<sup>25</sup>, os familiares devem rezar ainda mais para que sua alma encontre a salvação.

Desse modo, esses costumes fizeram parte dessa sociedade são-joanense e que até hoje ainda percebe-se resquícios dessa ligação do homem com a morte e os mortos. Assim, é preciso manter o ritual, pois ele permite a boa passagem da alma, assegura um bom lugar no paraíso. O ritual deve ser seguido à risca, sacramentar, encomendar, banhar, cortar cabelos, unhas e barba. É também vestir a roupa fúnebre, velar, enterrar e rezar muito em intenção da alma do morto.

Mediante leitura dos óbitos é dado a perceber uma sociedade em movimento, que passava por mudanças. Devemos perceber que o espaço estava passando por transformações, onde os lugares dos mortos estavam sendo redistribuídos para dentro dos muros dos cemitérios. A morte suja deixa de existir, e os mortos ganham novos espaços. Assim, o corpo passa a ser um objeto desviante, passa a incomodar e a morte passa a ser normatizada e civilizada, obedecendo a uma conduta da igreja e posteriormente do estado e dos discursos higienistas.

A partir da organização desse registros, é adequado fazer uma discussão sobre a cultura da morte em São João do Rio do Peixe. A rigor, o óbito é um curto registro, que abordam dados sequências. Assim, dentro dessa logística, deve-se ver os óbitos e percebê-los não apenas como meros jogos de palavras, mas como fontes silenciosas, carregadas de intencionalidades, sensibilidades e sentidos. As fontes obituárias integram uma dada realidade do vivido, que é dado a perceber os entrecruzamentos das (crenças, medos, rituais). Assim, procuramos desnaturalizar a morte percebe-la como

---

<sup>25</sup> Registro de óbito referente ao primeiro livro (1864-1873) Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário. O adulto Antônio dos Santos morreu no ano de 1864. Ele era da Freguesia de Sousa e morreu subitamente. Tinha 60 anos, era branco e foi sepultado em hábito branco no cemitério desta povoação. O falecido foi encomendado pelo vigário.

algo social, onde os cerimoniais mudam. Logo, debruçar-se sobre a organização dos óbitos, é poder ver além do que as fontes podem dar a ler.

## FONTES

Livro de óbitos secretária da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, São João do Rio do Peixe, 1º Livro de óbito ano 1864-1873 (L.01)

Livro de tombo secretária da Igreja Nossa Senhora do Rosário, São João do Rio do Peixe, 2º Livro de Tombo ano de 1885.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Wlisses Estrela de Albuquerque. **São João na Colônia e no Império:** Fazenda, Povoado e Vila, 1691- 1889. Teresina-PI: Gráfica e Editora Halley S.A., 2015.

AGRA DO Ô, A. Relato dos males: Notas a cerca dos modos de adoecer na Paraíba Imperial. In: **A Paraíba no Império e na República:** Estudos da História Social e Cultural. João Pessoa: Ideia, 2003.

ARIÉS, Philippe. **História da morte no ocidente.** Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

\_\_\_\_\_. **O homem diante da morte.** Rio de Janeiro: F. Alves, 1982. Vol. II

AZZI, Riolando. **A Igreja Católica n formação da sociedade brasileira.** Aparecida, SP: Editora Santuário, 2008.

CYMBALISTA, Renato. **Cidade dos vivos:** arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do estado de São Paulo. São Paulo: Annablume, 2001.

CHIAVENATO, Júlio José. **A morte – uma abordagem sociocultural.** São Paulo: Moderna, 1998.

FILHO, Afonso de Alencastro Graça, LIBBY, Douglas Cole. As diversas fontes documentais das alforrias: as alforrias batismais, as alforrias notariais, as alforrias em sisas e as testamentarias em São João del Rei, séculos XVIII e XIX. In: FRAGOSO, João; GUEDES, ROBERTO (org). **História Social em registros paroquiais (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII- XIX).** Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades: escrita da alma. In: **Sensibilidades na história:** memória singularidades e identidades sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

REIS, J.J. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RODRIGUES, J.C. **Tabu da morte.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006.

SANTOS, Israel Silva dos. Catolicismo: identidade e significado no Brasil do século XIX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.** Disponível em.

<[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300193778\\_ARQUIVO\\_artigoanpuh.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300193778_ARQUIVO_artigoanpuh.pdf)> Acesso em 16/05/2016.

VAILATE, Luiz Lima. **A morte menina:** Infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo). São Paulo: Alameda, 2010.

VIDE, Sebastião Monteiro da. **Constituições primeiras do Arcebispado do Bahia feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide.** Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades.** São Paulo: Brasiliense, 2004.